

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.919 - RS (2019/0301159-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : EVERSON NEGREIROS RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, interposto em favor de **EVERSON NEGREIROS RODRIGUES** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que a defesa impetrou *habeas corpus* na origem pleiteando a revogação da prisão preventiva do recorrente pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de drogas. A ordem foi denegada pela Corte local.

Nas razões do presente recurso, a defesa sustenta, em suma, que a decretação da custódia cautelar amparou-se em fundamentação abstrata e em circunstâncias inerentes ao tipo penal. Afirma que com o recorrente foi apreendida quantidade ínfima de drogas, compatível com o consumo. Assevera, ainda, que a reincidência, por si só, não autoriza da manutenção da prisão processual.

Requer, assim, o provimento do recurso a fim de que seja concedida liberdade provisória ao recorrente, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, caso se entenda necessário.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

